

A FACE HUMANA DA JUSTIÇA: RECUPERANDO O PAPEL DO PRÓXIMO NO DISCURSO SOBRE LEI, VOCAÇÃO E JUSTIÇA¹

Leopoldo A. Sánchez²

INTRODUÇÃO

Qualquer tentativa de reflexão sobre a teologia e a prática da justiça (*iustitia*) deve começar e terminar com algum “próximo” em mente. Neste artigo, definimos “justiça” teologicamente como aquela “justiça da lei” (*iustitia legis*) que Deus prescreve no Decálogo para que obras honrosas sejam ensinadas e realizadas na sociedade.³ Assim, fazer justiça equivale

1 O artigo, em seu original inglês, faz significativo uso da palavra *neighbor* (próximo), o que está perfeitamente alinhado com sua tese central. No entanto, é do entendimento do tradutor que a palavra portuguesa *próximo* não atua em nossa língua da mesma maneira que a palavra *neighbor* o faz na língua inglesa. Assim, procurando dar mais fluência ao texto, por vezes optou-se por usar traduções alternativas, como “pessoas”. Destaca-se ainda que o tradutor possui domínio da língua inglesa, mas não é um falante nativo, portanto, essa tradução está sujeita a interpretação e é passível de contestação.

2 Tradução autorizada do artigo de SÁNCHEZ, Leopoldo. The Human Face of Justice. *Concordia Journal*, Spring 2013, v.39, n.2 (p.117-132). Traduzido pelo Rev. Maximiliano Wolfgramm Silva.

3 Apologia da Confissão de Augsburg IV, 21, in Robert Kolb e Timothy Wengert (Eds.). *O Livro de Concórdia: As Confissões da Igreja Evangélica Luterana* (Minneapolis: Fortress, 2000), 124 (doravante citado como LC). É interessante notar que em espanhol não há tradução para “righteousness”. O latim *iustitia* (“justicia” em espanhol), portanto, é o termo mais adequado ou compreensível para se ter uma conversa sobre justiça na sociedade na América Latina e em contextos hispânicos/latinos nos EUA (Nota do tradutor: o mesmo ocorre em português. Para dar fluidez ao texto em português, a palavra “righteousness” foi traduzida por sinônimos de justiça, buscando-se a maior aproximação possível de sentido).

a fazer o que é correto ou justo diante dos homens (*coram hominibus*) de acordo com a lei de Deus. Ao mesmo tempo em que os confessores luteranos advertem que a justiça da lei (ou “justiça da razão”) nunca pode substituir a “justiça da fé” (*iustitia fidei*), a única que nos declara e nos torna justos diante de Deus (*coram deo*) pela fé em Cristo, eles ainda altamente valorizam tal justiça da lei porque Deus a exige, a usa para restringir o pendor da carne na sociedade civil e a honra com recompensas temporais.⁴

Embora os apelos à justiça possam implicitamente pressupor um próximo, tais apelos nem sempre ou necessariamente defendem explicitamente o próximo como ponto de partida e de chegada para definir como a justiça se concretiza. Sem uma abordagem de justiça orientada para o próximo, corremos o risco de planejar ou manter programas ou projetos sociais que são incapazes de se adaptar às mudanças nas necessidades do próximo que ocorrem ao longo do tempo. Podemos dizer que, ao dar uma face humana à justiça, a pessoa em foco serve como um ponto de partida essencial para manter-se a responsabilidade de cada cristão individualmente, das congregações que atuam como entes corporativos em suas comunidades e das agências sociais cristãs em suas abordagens teóricas e práticas da justiça. O próximo serve como a lente crítica para uma abordagem construtiva do serviço que leva em conta e é flexível às necessidades do outro, as quais mudam com o passar do tempo. Ao mesmo tempo, tal abordagem se mantém sensível à maneira em como uma avaliação das necessidades do outro muitas vezes implica numa certa concepção de sua identidade.

Neste artigo, defendo que, de um ponto de vista prático, não há justiça ativa, obediência à lei, vocação fiel, ou qualquer outra expressão que usemos para expressar aquilo que significa ou acarreta o ser justo perante nossos semelhantes (por exemplo, caridade, misericórdia, envol-

4 Apologia IV, 22-26, em LC, 124. Os teólogos luteranos, nos últimos anos, deram um impulso ao estudo e às implicações da distinção entre os dois tipos de justiça. Para alguns exemplos, veja Robert Kolb e Charles P. Arand, *The Genius of Luther's Theology: A Wittenberg Way of Thinking for the Contemporary Church* (Grand Rapids: Baker, 2008), especialmente as páginas 21-128; Charles P. Arand e Joel Biermann, “Why the Two Kinds of Righteousness,” *Concordia Journal* 33/2 (2007): 116-135; Robert Kolb, “Luther on the Two Kinds of Righteousness: Reflections on His Two-Dimensional Definition of Humanity at the Heart of His Theology,” *Lutheran Quarterly* 3/4 (1999): 449-466.

vimento político, justiça social, *ortopraxis*), à parte de algum próximo real, concreto.⁵

Isso significa que não há uma saudável teologia ou prática de justiça à parte de uma visão ou conceituação bíblica e pastoralmente saudável de quem é o nosso próximo. Exploraremos nossa tese mostrando como a centralidade do próximo molda uma sólida abordagem luterana da lei, da vocação e da justiça.⁶ Mostraremos, então, como vários modelos de justiça implicam ou derivam de alguma definição da identidade do próximo, destacando os benefícios e os limites de tais modelos e oferecendo outras estratégias para evitar interpretações equivocadas sobre quem o próximo é. Concluiremos com algumas reflexões sobre as implicações de nossa tese e algumas propostas construtivas para nutrir uma espiritualidade de justiça.

1. O “QUEM” DA JUSTIÇA: REIVINDICANDO UMA ABORDAGEM À LEI E À VOCAÇÃO QUE TEM COMO BASE O PRÓXIMO

Qualquer tentativa cristã de definir o que é justiça deve ser fundamentada na lei de Deus – particularmente, na segunda tábua da lei, que nos ensina qual é vontade de Deus para nós quando nos relacionamos com

5 Para uma compilação de ensaios de teólogos luteranos sobre caridade, veja Robert Rosin e Charles P. Arand, (Eds.). *A Cup of Cold Water: A Look at Biblical Charity* (St. Louis: Concordia Seminary Publications, 1996). Em seus ensaios introdutórios e finais, o livro lida com quatro modelos bíblicos de caridade (isto é, comércio caritativo, amplo espectro, vocacional e escatológico) e, finalmente, se contenta com uma abordagem inclusiva que destaca as perspectivas vocacional e escatológica (veja p.11-28, 273-279). Nossa abordagem da justiça se assemelha mais ao modelo vocacional, mas imbui essa perspectiva com um componente crítico orientado para o próximo que nos ajuda a avaliar periodicamente as razões e os objetivos de nossa prática vocacional. Dito de outra forma, o próximo nos fornece uma lente crítica para avaliar prioridades, limites e oportunidades vocacionais.

6 Em artigos e comentários, dei alguma atenção a como várias concepções sobre nossos próximos (em particular, hispânicos/latinos dos EUA) têm implicações para abordagens à missão, questões de vocação e direito civil, eclesiologia e a interseção da teologia e cultura. Para artigos sobre isso, Leopoldo A. Sánchez M., “Theology In Context: Music as a Test Case”, *Concordia Journal* 38/3 (2012): 205-224; “The Global South Meets North America: Confessional Lutheran Identity In Light of Changing Christian Demographics”, *Concordia Journal* 37/1 (2011): 39-56; and “Toward an Ecclesiology of Catholic Unity and Mission in the Borderlands: Reflections from a Lutheran Latino Theologian”, *Concordia Journal* 35/1 (2009): 17-34; para comentários, veja meu texto “Arizona Neighbor On My Mind” (<http://concordiatheology.org/2010/05/arizona-neighbor-on-my-mind>), e “Galilean Neighbor On My Mind” (<http://concordiatheology.org/2010/10/galilean-neighbor-on-my-mind>).

os outros. A crítica de Lutero a obras de santidade concebidas à parte dos mandamentos divinos busca proteger nossa teologia contra abordagens à justiça que não são fundamentadas na palavra de Deus.⁷ No entanto, argumentar sobre o que é justo e correto em termos da lei de Deus pode se tornar bastante abstrato. Certamente, a lei de Deus, como a conhecemos no Decálogo, nos aponta para o *que* a justiça, ou seja, seu conteúdo, o que você deve ou não fazer conforme Deus exige. Mas a lei de Deus não nos aponta para o *como* da justiça – isto é, para suas formas ou expressões vividas, que de fato são múltiplas e dependem de nossos contextos particulares de serviço onde pessoas reais são atendidas e cuidadas.

A lei diz que devemos amar o nosso próximo. Mas como é exatamente o amor? Como exatamente o praticamos? Cristãos com o mesmo compromisso com a lei de Deus terão diferentes visões sobre o que torna uma prática justa ou correta em favor de alguém. O fato de existir uma diversidade de abordagens para a prática da justiça não deve nos surpreender. Há uma medida de liberdade e até mesmo debate entre os luteranos sobre como eles devem cumprir a lei do amor. Em termos paradoxais, podemos dizer que a lei de Deus realmente nos permite a liberdade de sermos justos. Tal liberdade está ligada à Palavra em seu conteúdo e ligada ao próximo em sua forma.

Como, então, explicamos teologicamente essa liberdade e diversidade de formas na prática da lei no mundo? Nesse ponto, o ensino luterano sobre a vocação nos direciona para os contextos estabelecidos por Deus na criação onde o amor é exercido e a lei de Deus é cumprida. A vocação, aquele ofício ou posto de onde você serve a algum próximo, torna a lei concreta e efetiva.⁸ Através do exercício das vocações, o

7 “À parte destes Dez Mandamentos, nenhuma ação ou vida pode ser boa ou agradável a Deus, não importa quão grande ou preciosa possa ser aos olhos do mundo... Parece-me que manteremos as mãos ocupadas para cumprir esses mandamentos, praticando a mansidão, a paciência, o amor aos inimigos, a castidade, a bondade, etc., e tudo o que está envolvido nesse cumprimento... Apenas concentre-se neles e teste-se completamente, faça o seu melhor, e você certamente encontrará tanto para fazer que não procurará nem prestará atenção a quaisquer outras obras ou outro tipo de santidade.” *Large Catechism*, Ten Commandments, 311, 313, 318, em BC, 428-429.

8 “O Decálogo e o mandamento do amor não dão instruções muito definidas ou detalhadas sobre o que nós, como indivíduos, devemos fazer aqui e agora ao vivermos juntos. Este mandamento do amor, válido em todos os lugares e para todas as pessoas, torna-se específico para nós como indivíduos no contexto da condição de vida em que Deus nos colocou.” Paul Althaus, *The Ethics of Martin Luther* (Filadélfia: Fortaleza, 1972), 36.

ser-humano torna-se “máscara de Deus” através da qual o Criador supre as necessidades de muitas pessoas.⁹ A maneira como o cumprimento da lei deve realmente se concretizar nesta ou naquela situação só pode ser alcançada ou contextualizada de forma significativa considerando-se a(s) vocação(ões) através da(s) qual(is) Deus nos chamou para amar a uma pessoa (próximo) ou certo grupo de pessoas.

À parte de alguma vocação, é difícil – na verdade, impossível – saber e entender o que realmente significa “amar ao próximo como a si mesmo”. Sendo o próximo “uma realidade em movimento”, o mandamento de amar “não é uma lei da qual poderíamos reduzir antecipadamente o que é certo”, mas se configura a partir do “próximo de cada indivíduo e de suas diversas necessidades”.¹⁰ Através da vocação, a teologia luterana nos permite passar do campo abstrato da lei para a maneira como ela concretamente se constitui. Na esfera civil, por exemplo, a vocação molda como entendemos o que é justo, certo, correto e razoável nesta ou naquela lei civil, para esta ou aquela pessoa (próximo) a quem fomos chamados a servir. Nos apelos por uma sociedade justa, o uso da razão entre os cristãos que têm o mesmo compromisso com a lei de Deus muitas vezes produzirá diferentes formas de justiça. Algum próximo está, ou pelo menos deveria estar, em mente nesses debates. A teologia luterana nos ajuda a perceber que qualquer debate sobre como a lei do amor deve ser exercida decorre do contexto local de nossa vocação, o qual nos direciona para aqueles próximos que fomos chamados a servir.

Pode-se dizer que a lei de Deus, em termos de conteúdo, está acima desta ou daquela vocação ou posição particular na vida. Dito de outra forma, embora o amor se cumpra à medida que o indivíduo cumpre sua vocação, o amor também pode nos obrigar a agir fora de nossas vocações.¹¹ É verdade que, dada a oportunidade e os meios, o cristão servirá a qualquer próximo

9 “Em vez de vir em majestade descoberta ao dar um presente ao ser-humano, Deus coloca uma máscara diante de seu rosto. Ele se veste na forma de um homem comum que realiza seu trabalho na terra. Os seres humanos devem trabalhar, ‘cada um de acordo com sua vocação e ofício’, por isso eles servem como máscaras de Deus, atrás das quais ele pode se esconder quando espalhar seus dons.” Gustaf Wingren, *Luther on Vocation*, (Philadelphia: Muhlenberg, 1958), 138.

10 *Ibid.*, 203.

11 “A ‘ordem comum do amor cristão’ está acima das posições que ocupamos na vida. Ao mesmo tempo, somente aqueles que são chamados a uma determinada vocação são responsáveis pelas obras especiais dessa vocação... A ética de Lutero é uma ética de posição e vocação, mas não em um sentido exclusivo.” Althaus, *A Ética de Martinho Lutero*, 40-41.

que precise de seu amor. O amor de Deus deve ser estendido até mesmo aos inimigos (Mt 5.43-48). Lutero traça uma distinção útil entre o cristão que age “em nome de outros” e, portanto, é responsável pelas pessoas que são servidas por meio de sua vocação, e o cristão que age como um indivíduo ou “por si mesmo” (ou seja, fora de uma determinada vocação) em seu relacionamento com os outros.¹² Operamos tanto como “um cristão” (ou “pessoa de Cristo”) quanto como uma “pessoa secular” (ou “pessoa do mundo”).¹³ Como indivíduo cristão, o amor está acima da vocação, e posso sofrer todas as coisas mesmo por aqueles que procuram me prejudicar. No entanto, se todo mundo é meu próximo em geral, falando muito amplamente, ninguém pode ser “meu” próximo em particular. Neste caso, o amor se torna muito universal, muito diluído e muito idealista. Como cristão atuante no mundo, sob minha(s) vocação(ões), estou vinculado a próximos específicos que sou chamado a defender e até mesmo por eles lutar.

Quer falemos do cristão como “pessoa-Cristo” ou “pessoa-secular”, o próximo em ambos os casos configura a vocação e, portanto, nossa identidade cristã diante do mundo (*coram mundo*). Enquanto a lei de Deus pode ser vista como fixa e, portanto, “represente a imitação imutável”, a vocação é flexível e sensível às situações de mudança na prática do mandamento de amor de Deus, porque atende às necessidades do próximo em qualquer momento no aqui e agora.¹⁴ Vista de uma perspectiva orientada para o próximo, a vocação paradoxalmente torna o mandamento do amor real ou encarnado, estreitando sua esfera de influência para próximos concretos. No entanto, ao mesmo tempo está aberta a ser dinamicamente adaptável e desafiada a ampliar ou modificar sua esfera de influência à medida que as necessidades de já conhecidos próximos mudam e/ou novos próximos são encontrados na vida.

A própria vocação, como a lei, pode facilmente se tornar um conceito estático – na verdade, sem vida – a menos que esteja subordinada a algum próximo que Deus nos deu para servir. Em termos práticos, a vocação é o

12 Temporal Authority: To What Extent It Should Be Obeyed (1523), LW 45:96, 101.

13 Veja Althaus, *The Ethics of Martin Luther*, 69; e Bernard Lohse, *Martin Luther's Theology: Its Historical and Systematic Development* (Minneapolis: Fortress, 1999), 321.

14 “A lei não considera as situações em suas mudanças, mas o comando é dirigido à necessidade presente. De certa forma, a lei representa a imitação imutável, sem levar em conta ‘o tempo’, mas o mandamento chama o homem à sua vocação, que é guiada pela necessidade do ‘tempo’.” Wingren, *Luther on Vocation*, 233.

chamado através do qual se cumpre a lei em prol do próximo. Só o próximo dá um rosto humano à lei, à vocação e, portanto, à justiça. Podemos nem sempre saber o que é justiça (ou, nesse caso, injustiça), mas muitas vezes sabemos como é. Através do próximo, Deus nos ensina algo sobre a justiça e a forma que ela assume em determinada situação, sobre como a justiça deve ser feita para e com o próximo. E assim, numa abordagem “de baixo para cima”, partimos do *quem* da justiça, tendo em mente o “meu” ou “nosso” próximo para que tenhamos uma noção do *como* da justiça, dos meios para melhor servir ao próximo.

Deus nos deu vocações e pessoas para servirmos (próximos). Embora não haja nada de errado em encaixar as pessoas e suas necessidades em vocações dadas por Deus já estabelecidas, nossa tese também sugere que há uma necessidade recíproca de moldar e avaliar criticamente nossas vocações, pois próximos já conhecidos ou próximos recém-chegados às nossas vidas, os quais são dados por Deus, nos desafiam ao longo do tempo com diferentes oportunidades de serviço. É o próximo que molda o que faremos em e por meio de nossas vocações e chamados. Essa abordagem da lei, da vocação e da justiça orientada para o próximo inevitavelmente levará a um certo grau de tensão mesmo entre os cristãos.

Não devemos nos surpreender, por exemplo, que o peso que os cristãos dão a vários fatores no debate atual sobre a lei de imigração dependa de quais próximos eles estejam defendendo.¹⁵ Aqueles que defendem a concessão de mais vistos de trabalho para imigrantes para atender às demandas trabalhistas podem ter em mente as necessidades dos agricultores que precisam ganhar a vida e alimentar a todos. Aqueles que defendem mais controle de fronteira podem estar pensando em proteger os residentes do país dos cartéis de drogas e daquela pequena minoria de pessoas que entram nos EUA ilegalmente por razões más. Aqueles que defendem um caminho para a legalização de imigrantes sem documentos que vieram para os EUA sem responsabilidade própria antes dos dezesseis anos – também conhecidos como os “sonhadores” –, têm em mente

15 Para a aplicação de uma abordagem vocacional orientada para o próximo em resposta a uma questão contemporânea de direito e justiça na sociedade civil, veja a seção intitulada “Who Is My Neighbor?: The Place of the Christian’s Vocation in the Immigration Debate”, in CTCR, *Immigrants Among Us: A Lutheran Framework for Addressing Immigration Issues* (St. Louis: LCMS, 2012), 37-44.

próximos que não podem mais ser vistos como estrangeiros porque agora se tornaram de fato um de “nós”, talvez o filho de nosso melhor amigo, um membro da nossa comunidade. Que responsabilidades temos para com todos esses “grupos de próximos”? A complexidade do debate sobre a lei de imigração é ilustrativa da realidade de que, em um nível fundamental, aqueles que representam vários lados do debate estão defendendo algum próximo a partir de alguma posição na qual é colocado por sua vocação. Essas formas variadas de defesa de interesses, especialmente no que diz respeito a questões éticas, onde nenhum mandamento claro e irrefutável de Deus está disponível, correspondem a várias opiniões sobre o que é correto, justo e razoável na atual lei de imigração. O próximo molda como agimos em nossas vocações por causa da justiça.

Não se olha apenas para a própria vocação para decidir como ajudar o próximo, embora isso não seja excluído. A pessoa também olha para o próximo para descobrir o que deve fazer por meio de sua vocação. Temos aqui uma suposição não declarada que pode se perder em nossos argumentos por justiça, a saber, que algum próximo tenha moldado nossas compreensões de justiça e as práticas que se sustentam nelas. A maneira como se retrata o próximo influencia a maneira como se aplica a justiça. Para dar um exemplo clássico, se o próximo não é essencialmente reduzido a uma alma dentro de um corpo, mas é compreendido como alma e corpo em uma pessoa criada por Deus, então, ele provavelmente não será visto como alguém que apenas precisa de salvação para a “alma”, mas também como beneficiário e promotor de justiça no que diz respeito às necessidades do “corpo”. Uma abordagem bíblica holística do próximo focará tanto em suas necessidades espirituais quanto corporais, destacando a necessidade de justificação diante de Deus (*coram deo*) por meio da pregação do evangelho e a justiça diante dos homens (*coram hominibus*) por meio de boas obras sem confundir os objetivos da justiça da fé e da justiça da lei.¹⁶ Este exemplo é somente uma ilustração do nosso ponto principal, a

16 Uma abordagem luterana à misericórdia ou à caridade está especialmente consciente do perigo de confundir o evangelho com obras de justiça, mas também reconhece a importância de atender às necessidades da pessoa como um todo. Há também a preocupação em mostrar o evangelho como força motivadora da misericórdia cristã em distinção a outras formas seculares de ajuda. Para exemplos, Matthew C. Harrison, *Theology of Mercy, and The Church's Roles of Mercy in the Community* (St. Louis: LCMS World Relief & Human Care, 2004); veja também *A Cup of Cold Water*, 276-278.

saber, que a maneira como uma pessoa define ou vê o seu próximo molda significativamente a sua prática da justiça.

Em suma, se o próximo é o princípio e o fim de toda a nossa fala sobre justiça, então, o *quem* da justiça molda o *como* da justiça. Assim, como certas pessoas (próximos) estão mais próximas de nós, são elas que recebem a prioridade do nosso amor. Servimos a alguns primeiro, depois a outros, conforme somos capazes. Em ambos os casos, o próximo molda nossas prioridades e compromissos vocacionais, bem como as exceções feitas fora dessas prioridades. Portanto, próximos específicos ditam ou orientam as formas como defendemos direitos, angariamos fundos e empreendemos nossas boas obras em prol da justiça – sejam eles cristãos individuais, igrejas atuando como entes corporativos no bairro ou agências/instituições sociais cristãs. Vemos então que o ensinamento sobre a vocação, inseparavelmente ligado a algum próximo ou grupos de próximos, nos dá uma lente teológica útil para interpretar a natureza e os objetivos da justiça.

Todos os que clamam por justiça apelam para a lei do amor e, em seguida, normalmente se movem para discutir como esse amor deve ser praticado. Eles não o fazem de maneira imparcial, mas a partir de alguma atitude vocacional, de acordo com o chamado que Deus lhes deu neste ou naquele momento de suas vidas. Ao fazê-lo, eles têm defendido algum próximo. Consequentemente, os modelos de justiça que propomos atendem, ou deveriam atender, às necessidades de próximos específicos e refletem sobre os melhores meios para ajudá-los. A teologia luterana nos chama a manter o próximo no centro de nossas reflexões sobre lei, vocação e justiça. Percebemos que vários modelos de justiça tentam definir o *quem* e o *como* da justiça falando a partir de um determinado lugar onde se aprende a amar aquele próximo por cuja vida se luta.

2. QUEM É MEU PRÓXIMO? – BENEFÍCIOS E LIMITES DA DEFINIÇÃO DE PRÓXIMO EM MODELOS DE JUSTIÇA

Uma compreensão da lei e da vocação moldada pela atenção à pessoa do outro nos conscientiza de que todo modelo de justiça constrói o próximo de uma determinada maneira. Todo aquele que clama por justiça tem um próximo em mente. Pensamos, definimos ou conceituamos nosso próximo

de uma maneira particular. Cada um constrói uma imagem daqueles que são os seus próximos. Uma razão para se fazer isso pode ser obter uma compreensão consistente e ampla das necessidades das pessoas para melhor atendê-las. Quando nos conscientizamos dessa dinâmica muitas vezes implicitamente atuando nos apelos pela justiça e suas propostas, também percebemos que nenhuma imagem do próximo é totalmente completa e, portanto, nenhum modelo de justiça é proposto para abranger todas as expressões do que significa viver de maneira correta ou justa no mundo. Modelos de justiça como ajuda ou socorro a vítimas, desenvolvimento sustentável por meio de parcerias, reabilitação de pessoas e preparação para a pregação do evangelho assumem várias definições de próximo. Podemos aprender algo com cada um desses modelos heurísticos, entendendo também que suas preocupações às vezes se cruzam nas abordagens à justiça presentes na vida diária. Tais modelos têm seus benefícios e limites.

Se concebermos o próximo teologicamente como alguém que recebe o auxílio de um Deus amoroso, essa imagem do próximo levará a um modelo de justiça como auxílio ou alívio.¹⁷

Esse modelo, por sua vez, pode produzir uma imagem da igreja na qual os cristãos se tornam instrumentos da compaixão de Deus para ajudar as pessoas a atenderem suas necessidades imediatas e de longo prazo. Nessa abordagem à justiça, o próximo aparece principalmente como um ente passivo, mas também como alegre receptor dos dons e das bênçãos de Deus dadas por meio de seu povo. Enquanto a passividade da humanidade tende a destacar bem a graça de Deus, ela também tende a encorajar a compreensão da misericórdia como uma via de mão única. Nela, o doador serve de máscara de um Deus misericordioso para com o pobre que, necessitado, recebe aquilo que Deus provê. Além disso, embora tal visão de justiça tenha como ponto de partida a generosidade do povo de Deus, a qual é fortalecida pelo evangelho e derramada sobre muitos por meio das vocações, não necessariamente se fará presente nela um movimento para além da generosidade em direção a um compromisso mais ativo com os pobres da comunidade. Tal compromisso poderia também abordar algumas

¹⁷ Por exemplo, a LCMS World Relief & Human Care tende a seguir um modelo de justiça como ajuda, especialmente na promoção de atividades como socorro em desastres e envio de equipes médicas (cf. n.17 abaixo).

das causas estruturais mais profundas da injustiça.¹⁸ Assim, fica evidente que um modelo passivo-receptivo do próximo terá seus benefícios e limites na articulação e implementação de uma teologia e prática de justiça.

E se vemos nosso próximo não apenas como alguém que precisa de nossa ajuda, mas também como alguém capaz de contribuir de alguma forma para seu próprio bem-estar e para a vida de sua comunidade? Nessa abordagem, o próximo torna-se alguém responsável por como vive sua vida e como usa todos os recursos que lhe são dados. O próximo é retratado em uma capacidade mais ativa, como alguém que tem arbítrio moral e, portanto, como um potencial contribuinte nos esforços empreendidos para atender às necessidades da comunidade, apropriando-se do processo de justiça.¹⁹ Passamos da generosidade para com os necessitados à colaboração, do alívio à parceria. Nessa linha, John Nunes, presidente da *Lutheran World Relief* (LWF), refletiu sobre a “justiça contributiva”, que pressupõe que não podemos ver a justiça meramente como uma via de mão única onde um dá e outro recebe, mas como uma parceria onde os mais ricos e os mais pobres compartilham uns com os outros o que Deus deu a ambos nesta vida.²⁰ Embora os esforços de ajuda ao próximo sejam uma bênção em tempos de extrema necessidade e emergências, construir relacionamentos e colaborar com os necessitados ao longo do tempo gera parcerias que podem durar a

18 Rosenhauer argumenta que uma característica dos esforços eficazes das paróquias para aliviar a pobreza reside na sua capacidade de passar do alcance aos pobres para o trabalho “com” os pobres, uma abordagem à justiça onde “o respeito pelos pobres pode significar oferecer a pessoas de baixa renda oportunidades para serem líderes nos esforços para atender às necessidades em suas comunidades”. Joan Rosenhauer, “Sharing the Light of Christ: How Responding to Poverty Can Enrich Parish Life”, *New Theology Review* 15/2 (may 2002): 19.

19 Por meio do Lutheran Housing Support (LHS), a LCMS *World Relief & Human Care* segue um modelo de justiça como desenvolvimento sustentável, engajando igrejas para, como cidadãos corporativos, fazer a diferença em suas comunidades, particularmente em bairros economicamente desfavorecidos. Sua missão declara: “A LCMS National Housing Support Corporation, funcionando sob a marca registrada de Lutheran Housing Support, dedica-se a fornecer apoio que promova a melhoria das condições econômicas, de habitação e outros serviços de prevenção a e revitalização de comunidades deterioradas”. <http://www.lcms.org/lhs>.

20 A noção de “justiça contributiva” é congruente com a abordagem geral da LWR à justiça como “desenvolvimento sustentável”. Tal modelo corresponde aos valores da organização, que incluem a gratidão a Deus “pelo dom uns dos outros”, o reconhecimento de que “todas as pessoas são feitas à imagem de Deus”, o desejo de “andar e trabalhar com parceiros” e “apoiar, encorajar e aprender juntos dentro de relacionamentos de confiança e reciprocidade de longo prazo”, e a necessidade de ser um administrador responsável diante de “um desequilíbrio e abuso de recursos” http://lwr.org/site/c.dmJXKiOYJgI6G/b.7521953/k.8022/Mission_Vision_amp_Values.htm.

vida toda e, assim, incentivar a solidariedade, o compromisso e o trabalho colaborativo da igreja com as pessoas necessitadas.²¹ Em um modelo de justiça onde se busca desenvolvimento sustentável por meio de parcerias, passamos de uma visão dos pobres como receptores de nossa generosidade para vê-los como nossos amigos, e assim abrimo-nos a relações e ações mutuamente enriquecedoras.

E se o próximo também for visto como alguém a quem, embora pecador, vale a pena ajudar, restaurar a uma vida mais plena, não pelo que fez ou deixou de fazer, mas porque é criatura de Deus? Adicionamos aqui um argumento para a justiça baseada na ação e responsabilidade moral, que reconhece, em certa medida, a capacidade humana de agir com justiça em questões deste mundo, bem como reconhece o pecado e, portanto, as más escolhas ou tomadas de decisão que se tornaram falhas em seus resultados. Ao mesmo tempo, nessa visão também temos um apelo mais amplo à justiça, o qual se baseia no valor e dignidade da vida criada e no desejo de Deus de restaurar essa vida por meio de Cristo. De que outra forma os cristãos enquanto indivíduos, as igrejas como entes corporativos ou as instituições sociais cristãs, por exemplo, justificam programas para pessoas que sofrem com vícios em drogas e álcool, para mães solteiras sem meios para sustentar seus bebês ou para imigrantes sem documentos que infringiram as leis de fronteira para se juntarem às suas famílias nos EUA? Em tais expressões de justiça para com pessoas vulneráveis, discernimos um equilíbrio entre julgamento e reabilitação, reconhecimento de nossa condição decaída e nossa necessidade de um novo começo.

Quando a justiça é vista em termos de restauração e/ou reabilitação, reconhecemos a natureza paradoxal dos seres humanos, os quais são criaturas boas de Deus e ainda assim totalmente corrompidos. A descrição ou construção de Lutero do cristão como *simul iustus et peccator* é cética quanto à capacidade humana para boas obras (para a habilidade de sempre “fazer o certo” ou construir seu próprio “paraíso” ou “vida perfeita” na

21 No que diz respeito às relações entre paróquias de renda média e paróquias e/ou comunidades de baixa renda, Rosenhauer observa que “embora os recursos financeiros possam fluir principalmente da paróquia de renda média, na melhor das hipóteses essas relações incluem uma ampla gama de trocas e projetos que reconheçam e respeitem as contribuições de ambos os grupos. Essas atividades incluem intercâmbio de corais, liturgias conjuntas, programas compartilhados de educação de adultos, serviços conjuntos ou projetos de defesa de direitos, programas coordenados de ministério de jovens, etc...”. “Sharing the Light of Christ”, 20.

terra). Contudo, essa descrição de Lutero também estabelece um compromisso com a dignidade de toda a vida humana e com a esperança de sua restauração e florescimento através do evangelho no que diz respeito à justiça diante de Deus (*coram deo*), o que ocorre pela fé em Cristo, e por todo tipo de obras de amor no que diz respeito à justiça diante dos homens (*coram hominibus*).²²

O paradoxo de Lutero nos ajuda a pensar o próximo não apenas como objeto da justiça retributiva (punindo, coibindo e/ou acusando), mas também como aquele que tem necessidade da justiça restaurativa ou reabilitadora.²³ Pode-se dizer que um modelo de justiça como restauração e/ou reabilitação é moldado por uma visão do próximo como “o irmão pecador de Caim” que, como filho de Adão, é julgado por Deus por seus pecados e marcado e protegido por Deus como sua criação.²⁴ Em suas vocações, as pessoas servem ao próximo como máscaras de Deus em sua ira e em seu amor.²⁵ Essa visão da natureza humana reconhece a necessidade de uma abordagem à justiça que inclua dissuasão, julgamento, perdão e, finalmente, correção, dada a realidade de nosso pecado bem como a esperança escatológica para a restauração da criação de Deus à plenitude da vida na vida do mundo vindouro.

22 Uma abordagem luterana da justiça distinguirá entre os dois tipos de justiça e, portanto, entre nossa esperança escatológica diante de Deus (*coram deo*) por meio da fé em Cristo (“confiança esperançosa”) e nossa esperança escatológica diante dos humanos (*coram hominibus*) por meio de atos de amor cristão (“amor esperançoso”). Para um uso da distinção na abordagem de preocupações com a libertação para a justiça, veja Leopoldo A. Sánchez M., “The Struggle to Express Our Hope”, *LOGIA: A Journal of Lutheran Theology* 19/1 (Epiphany 2010): 25-31.

23 “Primeiro, a doutrina de Lutero do *simul iustus et peccator*, de que as pessoas são ao mesmo tempo santos e pecadores, torna muitos protestantes instintivamente céticos sobre uma visão otimista demais e uma fusão muito fácil de dignidade humana e santidade humana. Tais pontos de vista... dão muito pouca credibilidade à necessidade humana inerente de disciplina e ordem, responsabilidade e julgamento. Eles dão muito pouco crédito aos usos civis, teológicos e pedagógicos da lei, à exigência perpétua de equilibrar a prevenção, a retribuição e a reforma no cumprimento da autoridade dentro do lar, da igreja, do estado e de outras associações.” John Witte, Jr., *Law and Protestantism: The Legal Teachings of the Lutheran Reformation* (Inglaterra: Cambridge, 2002), 299.

24 “Nós também somos os irmãos pecadores de Caim, que trazem a marca de Deus, com sua sinistra certeza de que seremos chamados ao julgamento divino pelo que fizemos, e que há perdão até mesmo para os pecados mais graves que temos cometido.” *Ibid.*, 300.

25 Wingren argumenta que “o homem pode apresentar-se como alguém que exige e alguém que doa na relação com os outros. Em um momento ele pode ser uma máscara para a bondade de Deus, em outro para sua severidade... Viver em vocação... inclui gentileza e severidade... Tanto o amor de Deus como a ira de Deus manifestam-se de forma visível na terra no fato de que o exercício da vocação compreende essa ambivalência”. *Luther on Vocation*, 232.

Guiadas pelo Espírito e capacitadas pelo evangelho, as obras de justiça da igreja no mundo, sejam corporativas ou individuais, tornam-se uma espécie de sinal já agora da plenitude da vida no reino de Deus que ainda está por vir.²⁶

Se alguém vê o próximo como pertencente ao mundo que Deus tanto amou, alguém por quem Cristo morreu, isso também configura uma certa visão de justiça. A justiça que ocorre ao nível do cuidado individual e que também lida com as causas estruturais da injustiça torna-se um meio de construir uma audiência para o anúncio do evangelho. A justiça torna-se uma forma, e talvez até a forma preeminente, de *praeparatio evangelica* ou uma ponte para o anúncio do evangelho. Nessa maneira de abordar a justiça, a suposição é que, se a justiça for feita corretamente, o próximo necessitado reconhecerá que o amor de Deus é para todos, inclusive para ele.

Tal modelo, que vê a justiça em termos evangelísticos, tem em mente um próximo que só ouvirá o evangelho se a igreja viver o evangelho no mundo. O testemunho por meio de atos de amor abre a porta para o testemunho como proclamação do evangelho.

Em um modelo de justiça como preparação para o evangelho, o próximo diz: “Se posso confiar em você nas pequenas coisas deste mundo, então posso confiar em você nas grandes coisas espirituais”. Dito de outra forma, se posso confiar em você com questões da justiça entre as pessoas (*iustitia legis*), também posso confiar em sua mensagem de justificação pela fé (*iustitia fidei*). Uma força deste modelo é sua capacidade de ver a obra da justiça não apenas como fortalecida pelo evangelho, mas também como sensível ao caráter distinto e à orientação evangélica da obra da igreja no mundo. Um perigo potencial está em promover a visão de que a justificativa para ajudar o próximo é a sua conversão, o que pode levar a uma falta de apreço pelo mandamento divino do amor e pelas nossas vocações cotidianas. É o perigo de ver o amor ao próximo apenas como um meio para um fim – a conversão.²⁷ Nessa perspectiva, ou a obra de

26 Para um modelo escatológico de justiça que se concentra na prática da caridade principalmente entre os cristãos como um sinal no presente da vinda do reino/reinado/governo de Deus, veja “Biblical Charity: What Does It Entail and How Does It relate to the Gospel—A New Testament Perspective”, in *A Cup of Cold Water*, 65-92.

27 Leopoldo A. Sánchez M., “Pedagogy for Working Among the Poor: Something to Talk about before Going on Your Next Short-Term Mission Trip”, *Missio Apostolica* 16/1 (May 2008): 81-84.

proclamação do evangelho se torna uma condição para o cumprimento da lei do amor, a qual Deus ordena em qualquer situação, mesmo à parte dos esforços de evangelismo, ou as nossas obras capacitadas pelo evangelho são vistas como causa da conversão de outros e, portanto, transformadas em substitutos para a obra real do Espírito através do evangelho.

Como alguém imagina ou constrói o próximo terá um impacto significativo na teologia e na prática da justiça. O próximo é aquele que recebe os dons de misericórdia que Deus derrama por meio de seu povo? Sim, mas o próximo é mais do que aquele que recebe.

Então pergunto: O próximo é um agente moral, que apesar de seus pecados ainda tem valor intrínseco aos olhos de Deus como sua boa criação e, portanto, pode ser visto como co-colaborador, parceiro e amigo na obra da justiça (mesmo que tal justiça seja dirigida principalmente a ele)? Sim, mas é possível que o próximo esteja em um momento de sua vida, especialmente naqueles quando tragédias o atingem com força, onde ele pode não ter condições para contribuir. Nesses casos, o modelo receptivo tem um lugar importante. É o próximo aquele que precisa ser responsabilizado por seus pecados, mas também reabilitado e restaurado à vida? Sim, mas a reabilitação e a restauração podem assumir diferentes formas. Teologicamente falando, será preciso pensar em como a lei e o evangelho se encaixam em tal abordagem da justiça. O que a lei pode realizar como uma força restritiva ou dissuasiva traz certa medida de disciplina sobre a vida de muitas pessoas. Mas há também a lei que acusa para que o evangelho possa fazer sua obra de restauração – uma obra que assume o poder do evangelho para ajudar o próximo a lutar contra a carne e o diabo todos os dias. Existem formas temporais e espirituais de reabilitação, por assim dizer. Finalmente, é o próximo aquele por quem Cristo morreu e, portanto, alguém visto como um campo em que se trabalha, cultiva e, ao fazê-lo, se prepara para plantar a semente do evangelho conforme as oportunidades que Deus nos dá? Sim, e ainda assim servimos ao próximo de outras maneiras também. Os modelos de justiça apresentados acima concentram-se em definições e necessidades particulares de nossos próximos e caracterizam até certo ponto como os luteranos (e mesmo os cristãos), implícita ou explicitamente, tendem a abordar questões de justiça. Nesses casos, nós temos, ou deveríamos ter, um próximo em mente.

Então, como evitar o perigo de compreender o próximo de maneira equivocada? Oferecemos apenas algumas breves reflexões sobre obstáculos e estratégias para mais apropriadamente compreendermos quem é o próximo. Ao fazê-lo, entendemos que esta tarefa é um trabalho contínuo que empreendemos com certa humildade e ao mesmo tempo com ousadia, porque Deus nos chamou para servir. Um perigo potencial em uma teologia da justiça orientada para o próximo é transformar o próximo em mera ideia, objetivar o próximo, de tal forma que não se leve mais em conta suas necessidades mutáveis e, portanto, as formas de justiça que melhor lhe servem em um determinado momento e lugar. O próximo, assim, poderia se tornar uma categoria estática ou abstrata e não mais “meus” ou “nossos” próximos reais. A mudança nas necessidades das pessoas exigirá diferentes modelos de justiça ao longo do tempo. As políticas e os orçamentos terão de ser revistos para se ajustarem às novas realidades.

Devemos deixar que o próximo permeie nosso pensamento e ações, ajudando-nos a passar do *quem* para o *como* da justiça. Se a pessoa não tem tempo para conhecer o próximo, ela o constrói mentalmente à sua própria imagem, e por fim depara-se com o que podemos chamar de ajuda bem-intencionada, mas mal orientada. A imagem do trator enferrujado que foi enviado a um povo pobre do terceiro mundo que não tinha meios de mantê-lo funcionando pode servir como uma imagem de justiça mal concebida. É uma consequência de não se buscar compreender quem é o próximo, de não avançar para além da generosidade em direção à parceria e pertencimento locais.

A falta de familiaridade com o próximo reduz as chances de entender sua situação e fazer algo a respeito. Alguém precisa visitar a pessoa para saber quem ela realmente é e quais são suas necessidades. Por meio da visitação, cuidamos do próximo ao mesmo tempo em que ouvimos e aprendemos com o próximo. Você come, fala e dança com eles. Você vive com eles, compartilha com eles, aprende com eles e é enriquecido por essas relações recíprocas. Naqueles programas de TV onde o chefe, disfarçado, visita seus trabalhadores, ele percebe o quão pouco realmente sabe sobre as lutas e aspirações daqueles sob sua supervisão e cuidado. Assim somos lembrados de que o próximo é uma pessoa, não uma ideia, e assim o próximo irá, continuamente, questionar e afinar nossos modelos

de justiça, nossas políticas, orçamento e ações.²⁸ Um modelo de justiça que se move para além da visão das pessoas em necessidade como destinatários de misericórdia em direção à compreensão delas como amigas que trabalham conosco para lidar com injustiças em seus níveis mais básicos, é o modelo que mais provavelmente permitirá uma compreensão mais profunda das necessidades do próximo por longos períodos de tempo. Nada pode substituir uma visita ao próximo e o partilhar com ele face a face. Essa abordagem é, de certa forma, o início da justiça, a ação de preparação para o trabalho da justiça.

Algo inevitável em uma abordagem da justiça orientada para o próximo é que ela aponta para a realidade de que existem muitos próximos necessitados para servir. Quando se olha para tantos próximos necessitados e sofredores, sabe-se que não é possível servir a todos e, portanto, deve-se definir prioridades a partir do ponto de vista vocacional. A vocação nos permite focar e, nesse sentido, é uma bênção. É preciso ser tendencioso, por assim dizer. Ao defender um próximo, inevitavelmente deixa-se outro para trás. A decisão de apoiar um próximo é, em certo sentido, uma decisão de não apoiar outro. Isso é, de certa forma, inevitável. É também algo sério a se considerar. Temos muitos próximos em quem pensar, mas não podemos servir a todos. Dito isso, um enfoque vocacional pode se tornar um perigo se, diante da oportunidade de servirmos um novo próximo em sua necessidade, colocamos a vocação acima do amor, ou usamos a vocação convenientemente para excluir próximos importantes que não se encaixam perfeitamente em nossas vocações.²⁹ Isso pode nos levar a perder

28 Argumentando diante de um grupo de paroquianos que “um orçamento paroquial é uma declaração teológica”, sugerindo que “pelo menos dez por cento do orçamento de uma paróquia deve ser direcionado aos pobres”, o padre McBriar relata um encontro com um paroquiano que reagiu à sua recomendação provocativa: “Um paroquiano interveio e disse: ‘Os problemas não se resolvem jogando dinheiro neles’. ‘É verdade’, eu respondi, ‘mas diga-me como sua família gasta seu dinheiro e eu lhe direi o que você considera importante. É o mesmo com uma paróquia’.” David J. McBriar, OFM, “Parish Ministry to the Poor”, *New Theology Review* 15/2 (May 2002): 27.

29 O debate atual entre os cristãos sobre a lei de imigração é um grande exemplo da tensão entre o foco vocacional sobre um grupo específico de pessoas e a abertura vocacional para pessoas fora desse grupo (onde considera-se as necessidades do próximo que é cidadão e as do próximo que é imigrante). Veja meu texto “Arizona Neighbor On My Mind” (veja n. 4 acima, e o desenvolvimento do argumento na seção sobre vocação do documento da CTCR (Comissão de Teologia e Relações Eclesiais) *Immigrants Among Us* (ver n. 13 acima). *Concordia Journal*/Spring 2013.

oportunidades de serviço, oportunidades de nos dirigirmos a um próximo importante que Deus pode estar colocando diante de nossos olhos.

Devemos, portanto, ter uma abertura para aprender sobre os próximos que têm necessidades, mesmo que nem sempre eles se encaixem perfeitamente em nossas vocações. Ao fazê-lo, deixamos que outros próximos nos ajudem ao longo do tempo a reavaliar seu lugar em nossas vidas diante de nossas vocações atuais.

Devemos lembrar também que nem sempre conseguimos ver claramente apenas a partir de nossa vocação. Nossa posição social molda como pensamos e agimos – ou não agimos – em relação às pessoas.

Muitos luteranos nos EUA podem não perceber a necessidade de promoção de justiça por causa de sua origem de classe média. Viver em uma cultura de abundância atrapalha perceber a necessidade das pessoas que talvez estejam mais necessitados do que aquelas que servimos em nossas vocações atuais. Tal argumento não pretende diminuir nossas vocações, independentemente de onde Deus tenha nos colocado para servir. Ainda assim, reconhecemos que o aspecto local de nossa vocação, que inclui a localização social, é até certo ponto limitante, pois pode nos tornar significativamente inconscientes a respeito daqueles próximos mais vulneráveis, o que inclui cristãos em outras partes do mundo, que têm necessidades e desafios significativos.

Essa negligência dos próximos mais vulneráveis é um perigo que os bispos da América Latina destacaram por meio do uso da linguagem da “opção preferencial pelos pobres”.³⁰

Em um contexto em que as instituições sociais e políticas do reino temporal (ou da mão esquerda) já não abordavam os grandes problemas de injustiça e pobreza entre algumas das pessoas mais vulneráveis da sociedade, os bispos sentiram a necessidade de ensinar que uma certa prioridade de amor deve ser direcionada para as pessoas mais necessitadas de nosso meio. Este princípio básico do amor cristão é aplicado de fato em casa, na igreja, no trabalho e em nossas comunidades sem negligenciar

30 Deve-se notar que este termo não veio originalmente de teólogos acadêmicos, mas do encontro da Conferência Episcopal Latino-Americana (CELAM) em Medellín, Colômbia (1968), onde os pastores abordaram a necessidade de a Igreja Católica advogar pelas necessidades dos membros mais vulneráveis da sociedade (incluindo cristãos) em um contexto latino-americano de opressão política e econômica desenfreada onde os direitos humanos estavam sendo violados.

outros próximos, que podem não ser tão vulneráveis, mas a quem ainda assim fomos chamados a servir, e sem fazer de nossas ações de justiça em nome dos pobres uma condição para ou sinônimo de justificação diante de Deus.³¹ Ao valorizarmos a preocupação de Deus nas Escrituras com o cuidado das pessoas pobres, viúvas, órfãos e estrangeiros (Sl 146.6-9, Jr 7:6, Zc 7.10, Ml 3.5), deve haver espaço em qualquer teologia da vocação para a prática da justiça entre os mais necessitados do nosso meio.

3. TRABALHANDO E ORANDO PELO PRÓXIMO: EM DIREÇÃO A UMA ESPIRITUALIDADE DA JUSTIÇA

Enquanto Deus provê muitos próximos através das posições ou ofícios ocupados por cristãos e não cristãos, uma espiritualidade da justiça reconhece abertamente a obra do Espírito de Cristo através do povo de Deus em suas várias vocações dadas por Deus. Ao nos conceder próximos para servir, o Espírito Santo molda a igreja por meio do evangelho à semelhança de Jesus Cristo em pelo menos duas maneiras.³² Primeiro, o Espírito com que Jesus é ungido para ser o servo sofredor em sua vida e missão molda os cristãos a abrir espaço em suas vidas para servir aos outros (cf. Mc 10.35-45, Fp 2.1-11, 2Co 8.1-15). Em segundo lugar, o Espírito com o qual Jesus é ungido para ser o Filho fiel que coloca sua vida e missão nas mãos do Pai molda os cristãos a clamar ao Pai (Abba) em oração pelo bem dos outros, confiando em sua misericórdia e libertação (cf. Mc 14.32-38, Rm 8.9-17).³³ É por meio de nossas interações diárias com o próximo

31 “É no contexto das nossas vocações... que provavelmente encontraremos nossos próximos mais necessitados. A linguagem da ‘opção pelos mais pobres’ nos encoraja a pensar também nas pessoas mais necessitadas que nem sempre parecem se encaixar em uma de nossas vocações. Finalmente, a prática da justiça ativa é realista na medida em que evita sonhos utópicos e a ilusão de santificação perfeita ou progresso inevitável... Sánchez, “The Struggle to Express Our Hope”, 31.

32 Descrevi a participação da igreja hoje nas dimensões da prontidão em servir e filiação de Cristo, respectivamente por meio de sua vida de serviço e oração. Veja Leopoldo A. Sánchez M., “Individualism, Indulgence, and the Mind of Christ: Making Room for the Neighbor and the Father”, em Robert Kolb (Ed.), *The American Mind Meets the Mind of Christ* (St. Louis: Concordia Seminary Press, 2010), 54-66.

33 Sobre a vida de oração de Jesus como uma dimensão de sua filiação e a participação da igreja pela graça em tal vida, veja Leopoldo A. Sánchez M., “Praying to God the Father in the Spirit: Reclaiming the Church’s Participation in the Son’s Prayer Life”, *Concordia Journal* 32/3 (2006): 274-295.

que, na prática, o Espírito Santo molda Cristo em nossas vidas para que nos tornemos suas mãos carinhosas para os outros enquanto os servimos e oramos ao Pai por eles. Uma espiritualidade da justiça alimenta essas dimensões da vida no Espírito de Cristo.

Como aludimos anteriormente, uma espiritualidade da justiça reconhece os limites de nosso trabalho em favor de muitos próximos sofredores. Como a vocação não nos permite servir a todos os próximos, ela nos ajuda a concentrar nossa força e sabedoria em favor de alguns em específico. Isso é libertador, porque tira de nossos ombros o peso esmagador de todo o sofrimento do mundo. Somente em Cristo Deus redime o mundo sofredor. O fardo fica assim mais leve para nós, e nisso experimentamos a vocação como um dom divino. Servimos ao próximo a quem fomos chamados a servir primeiro. Quando surge a oportunidade e os meios estão disponíveis, também servimos com prazer ao maior número possível de pessoas por amor e com a força que Deus nos concede para a tarefa. Mas a vocação nos dá um foco que nos permite dar a pessoas específicas a atenção, a assistência, o companheirismo ou a parceria de que precisam. Isso faz do amor não um ideal, mas algo real – um amor encarnado. Tal limite ou fronteira imposta à nossa capacidade de criatura para trabalhar em favor do próximo sofredor nos lembra que não somos Cristo (ou “salvadores” do mundo), mas seus servos, e que os frutos de nosso trabalho não são nossos, mas de Deus. A vocação nos lembra que, em um mundo cheio de sofrimento, só podemos abordar a justiça de um lugar específico, de uma posição realista. O fato é que simplesmente não conseguiremos ajudar a algumas das pessoas que sofrem.

Somos lembrados, portanto, de que, em última análise, é Deus quem preserva o mundo inteiro – às vezes, mesmo apesar de nós e de nossas injustiças – e que ele atua para preservar a vida de muitos de nossos próximos mesmo quando estamos em quietude, apáticos, ou apenas dormindo.³⁴ Isso significa que, quando fazemos a obra da justiça, devemos também reservar um tempo para o descanso e a oração. Quando descansamos em

34 “Podemos adorar a Deus descansando; de fato, descansando podemos adorá-lo melhor do que de qualquer outra forma, porque é quando realmente relaxamos nosso corpo e alma que colocamos nosso cuidado nas mãos de Deus. Assim, honramos a Deus como aquele cuja bênção repousa sobre e envolve todo o nosso trabalho e que continua trabalhando para nós mesmo quando descansamos e dormimos.” Althaus, *The Ethics of Martin Luther*, 104.

Deus, literalmente e em oração, reconhecemos que Deus está trabalhando mesmo quando não estamos. Essa percepção nos impede de idolatrar nossas obras de justiça. No processo, reconhecemos o quanto somos falhos em nossas obras e, assim, abrimos espaço em nossas vidas ocupadas para confessar nossas injustiças diante de Deus para com o próximo que sofre, buscando perdão e força divinos para sermos conduzidos novamente nos caminhos da justiça. Começamos a ver que, nesta vida em que os cristãos ainda lutam contra a carne, nossas boas obras de justiça não são isentas de pecado. Mas nossa vida como santos de Deus também não é sem perdão, e nossa vocação “permanece pura e santa porque é estabelecida pela Palavra de Deus”.³⁵

Como afirmado anteriormente, uma abordagem da justiça orientada para o próximo é libertadora porque nos permite cuidar de um grupo específico de pessoas. A vocação nos permite atender a um próximo sem precisar justificar porque se está defendendo e cuidando dele, especificamente. Permite-nos lutar por alguém, promover o seu bem-estar e até persuadir outros a se juntarem a nós para apoiar o nosso trabalho entre eles. A vocação não precisa ser vista em termos individualistas, como muitas vezes é retratada, porque nossas vocações também podem nos compelir a nos unirmos com pessoas que compartilham valores e prioridades iguais ou semelhantes às nossas, e a persuadirmos outras pessoas a se unirem à nossa causa comum em benefício de um determinado grupo. A natureza multidimensional da vocação, onde muitas pessoas e aqueles que as defendem se cruzam, permite-nos apreciar também as vocações dos outros e as maneiras como todos os cristãos entregam suas vidas como um sacrifício vivo por várias pessoas que precisam de alguém que trabalhe para elas e com elas, de maneira a aliviar seu sofrimento. Assim, somos encorajados a orar pelos nossos próximos que não se encaixam em nossas vocações, bem como pelos irmãos e irmãs que os servem mais diretamente. Maravilhamo-nos com o amor superabundante de Deus, derramado por meio de tantos servos, e agradecemos a eles por seus sacrifícios em favor das pessoas que talvez nunca venhamos a conhecer.

Há uma orientação coletiva para a vocação que pode ser encorajada ou nutrida entre os membros da igreja. Uma espiritualidade da justiça não

35 Ibid., 41.

deve ser pensada exclusivamente como um empreendimento individual, mas como uma responsabilidade e um privilégio comunitário. A igreja não precisa necessariamente fazer um pronunciamento corporativo oficial sobre uma questão social para que a vocação assuma uma trajetória ou movimento coletivo.³⁶ Os cristãos são livres para se juntar a outros que defendem pessoas em condições similares e assim trabalhar para abrir os olhos dos demais para as necessidades dessas pessoas.³⁷ Problemas maiores requerem grupos maiores de pessoas para resolvê-los. Há momentos em que, na ausência de um sistema de justiça funcional em certas comunidades, a igreja pode ter que intervir não apenas através de seus membros individualmente, mas também corporativamente para servir pessoas que foram negligenciados ou mal atendidas por instituições temporais do reino da mão esquerda.³⁸ Quando esse for o caso, passamos da vocação individual para a coletiva e começamos a fazer perguntas não apenas sobre responsabilidades e compromissos pessoais, mas também sobre causas estruturais mais profundas de injustiça e soluções estruturais construtivas para aliviar o sofrimento de grupos maiores de pessoas.

Na ânsia de ir trabalhar pelo semelhante, uma espiritualidade da justiça não pode esquecer a necessidade da oração. É desafiador ver como Jesus atuou para o bem de muitas pessoas em seus sofrimentos, mas às vezes deixou as multidões necessitadas para estar com o Pai em oração.³⁹ À medida que o Espírito nos molda à semelhança de Jesus, aprendemos a

36 O relatório da LCMS sobre imigração serve como um exemplo de abordagem para questões sociais e políticas complexas que “permite que os cristãos individuais tomem suas próprias decisões conscientes, com alguma orientação da igreja como Sínodo, sobre o que é justo e razoável quando não há consenso entre todos os cristãos sobre o fracasso moral de certos aspectos da lei de imigração”. CTCR, *Immigrants among Us*, 35.

37 Como exemplo, o Serviço Luterano de Imigração e Refugiados (LIRS), uma organização inter-luterana, incentiva a vocação coletiva ao reunir luteranos comprometidos em ajudar seus próximos imigrantes a aprender a respeito e a apoiar os esforços para promover uma reforma abrangente da imigração. Um outro exemplo de um exercício coletivo da vocação é a Iniciativa Luterana contra a Malária (LMI), que trabalha com parceiros para erradicar a malária por meio de atividades de educação, tratamento e prevenção. Em nível local, o envolvimento de uma congregação em projetos de revitalização de bairros também reúne muitas partes interessadas para exercer a vocação em benefício de um número maior de pessoas.

38 Charles P. Arand, “Considering Biblical Charity within a Creedal Framework”, in *A Cup of Cold Water*, 194-195.

39 Sánchez, “Individualism, Indulgence, and the Mind of Christ”, in *The American Mind Meets the Mind of Christ*, 62-63.

trabalhar pelos necessitados, assim como oramos a Deus pelos necessitados. Quantas vezes oramos pelos pobres na igreja? Com que frequência servimos os necessitados em nossa igreja ou bairro? Quando fazemos isso, somos as máscaras de Cristo, se assim podemos dizer, em um mundo sofredor. O Espírito configura os padrões de vida da igreja segundo o amor sacrificial de seu próprio Senhor pelos outros e a oração em favor deles. Em uma espiritualidade da justiça, não oramos sem trabalhar, mas também não trabalhamos sem orar. Como diziam os monges, *ora et labora*, oração e trabalho caminham juntos. Na oração, buscamos a orientação do Pai para fazer o trabalho de justiça entre suas criaturas, para fazer o nosso melhor e para usar o nosso melhor para cuidar das pessoas que sofrem em nosso meio, incluindo aqueles que nem sempre chamam nossa atenção.

Uma espiritualidade da justiça abrirá espaço para uma autorreflexão ao olharmos para nós mesmos através do espelho da lei de Deus. Quando consideramos o resto do mundo, o fato de se viver em uma sociedade de abundância deve levantar algumas questões. Sou um bom mordomo da abundância que Deus derramou sobre mim? Devo cuidar de mais pessoas na minha família, vizinhança ou em algum lugar mais distante do mundo? Se com grandes poderes vêm grandes responsabilidades, como diz o ditado, talvez nosso círculo de pessoas a serem cuidadas deva se expandir de alguma forma. Se sim, então, aqueles em posições de poder e privilégio devem começar a se ver como servos dos impotentes? Aqueles em posições de poder ou influência também podem atuar como defensores. Como Jesus, o servo que não veio para ser servido, mas para ser servir, cristãos em posição de autoridade e com maior capacidade de ajudar mostram seu poder ao mundo através do serviço e do sacrifício.

Uma espiritualidade de justiça encorajará uma abordagem de ações para e com o próximo em necessidade que não seja nem romântica nem utilitária. É sabido que Lutero denunciava aqueles que, inspirados na idealização do voto monástico de pobreza e na prática da esmola, justificavam a condição de pobreza como estado santo diante de Deus e a obra de caridade como um meio para ganhar o perdão dos pecados.⁴⁰ Atitudes semelhantes são vistas hoje quando “os cristãos elogiam ou admiram os

40 Veja Carter Lindberg, *Beyond Charity: Reformation Initiatives for the Poor* (Minneapolis: Fortress, 1993), 22-33; e Robert Rosin, “Bringing Forth Fruit: Luther on Social Welfare”, in *A Cup of Cold Water*, 117-164.

pobres por sua falta de apego às coisas materiais e, presumivelmente, desejam que eles possam ser como eles”, um movimento que não leva a sério “as duras realidades da pobreza e a necessidade da igreja manter um compromisso contínuo para ajudá-los a realmente melhorar sua situação”.⁴¹ Atitudes utilitárias em relação aos pobres ficam evidentes quando os cristãos abordam o próximo necessitado “como um meio para seu próprio crescimento espiritual ou para o potencial crescimento da membresia da igreja e, portanto, não fazem dos próprios pobres o objeto principal de suas obras de misericórdia”.⁴² Uma espiritualidade da justiça estará alicerçada na centralidade da justificação somente pela graça, que desvia a atenção da santidade do receptor ou provedor da misericórdia, permitindo-nos focar totalmente nas necessidades do próximo sem fazer com que sua má condição pareça palatável ou buscando qualquer coisa em troca (de Deus ou do próximo) por nossas ações.

Pode haver um modelo ou imagem da vida cristã que descreva e promova uma abordagem de justiça orientada para o próximo? Teria que ser um modelo enraizado na configuração que o Espírito Santo deu à igreja a partir própria vida de serviço e oração de Cristo, fundamentada na centralidade da justificação como o poder libertador do evangelho para cumprir a lei e todo tipo de boas obras através das vocações. Na tradição luterana, um modelo eucarístico da vida cristã de santificação parece adequado para promover a abordagem da justiça orientada para o próximo que estamos delineando.⁴³ O modelo eucarístico mostra a vida cristã como um ato de ação de graças (*eucharistia*) a Deus por suas dádivas. Sua imagem bíblica predominante é a do cristão como sacrifício vivo e aceitável a Deus (Rm 12), espalhando o agradável aroma de Cristo em um mundo cheio de pecado e sofrimento. A vocação, os dons do Espírito, a intercessão pelos santos e pelos pobres, a proclamação do evangelho,

41 Veja Leopoldo A. Sánchez M., “‘The Poor You Will Always Have With You’: A Biblical View of People in Need”, 11, in Kent Burreson, (Ed.), *A People Called to Love: Christian Charity in North American Sociedade*. *Concordiatheology.org* (September 2012). <http://concordiatheology.org/wp-content/uploads/2012/09/Sanchez-essay1.pdf>

42 Ibid. Recomenda-se vivamente ao leitor toda a série *A People Called to Love*, com artigos e entrevistas de vários membros do departamento de Teologia Sistemática do Seminário Concórdia.

43 Para um desenvolvimento mais completo do modelo eucarístico de santificação, veja o quinto capítulo de Leopoldo A. Sánchez M., *Teología de la santificación*. La espiritualidad del cristiano (St. Louis: Editorial Concordia).

as obras de misericórdia, bem como a administração dos próprios bens, tempo e energia em todas essas áreas são fundamentalmente vistos como atos de adoração fundamentados na fé.

O que o luteranismo destaca no modelo eucarístico é o lugar central do corpo e sangue do Senhor como meio pelo qual o Espírito capacita os cristãos a viver sua fé por meio de atos de serviço. Passamos do benefício do sacramento que é recebido no altar para o uso diário do sacramento quando saímos pelo mundo para servir ao próximo. Os confessores veem a vida cristã como um “sacrifício eucarístico” realizado por aqueles que foram justificados pela fé “para dar graças ou expressar gratidão por terem recebido o perdão dos pecados e outros benefícios”.⁴⁴ Lutero também fala do uso duplo da ceia do Senhor, ensinando o que pode ser chamado de “duas trocas felizes”. Através de seu corpo e sangue, Cristo nos dá os benefícios de seu sacrifício, ao mesmo tempo em que nosso Senhor toma para si nossos pecados e nos dá sua justiça. Por causa de sua comunhão espiritual com Cristo em seu corpo e sangue, os santos agora carregam e compartilham as alegrias e os fardos uns dos outros. Como Lutero coloca, Cristo em seus santos “vêm a você com todas as suas virtudes, sofrimentos e misericórdias, para viver, trabalhar, sofrer e morrer com você... tendo todas as coisas em comum com você”.⁴⁵ Lutero também pode falar de Cristo vindo a nós em ou através de seus santos sofredores, de modo que, quando servimos aos santos, servimos ao próprio Cristo. Uma abordagem da justiça orientada para o próximo reconhecerá a identificação de Cristo com o próximo sofredor, vendo Cristo no próximo sofredor.⁴⁶

O próximo é inevitável. Sem o próximo, a lei, a vocação e a justiça permanecem realidades abstratas e estáticas. O próximo é inevitável porque é o nosso fardo e cruz, no bom sentido. A vocação torna-se a cruz

44 Apologia XXIV, 19, em BC, 261.

45 The Blessed Sacrament of the Holy and True Body of Christ, and the Brotherhoods (1519), LW 35:61.

46 Uma declaração clássica da autoidentificação de Cristo com o pobre pode ser encontrada em um dos sermões de Natal de Lutero, onde ele chama os cristãos ao arrependimento por rejeitarem o menino Jesus quando ignoram a situação de seu próximo. Lutero escreve: “É totalmente falso pensar que você fez muito por Cristo, se você não faz nada por aqueles necessitados. Se você estivesse em Belém, teria prestado tão pouca atenção a Cristo como eles... você bate no ar e não reconhece o Senhor em seu próximo, você não faz como ele fez com você”. J.N. Lenker (Ed.). *The Complete Sermons of Martin Luther*, trans. J. N. Lenker et al., vol. 1.1 (Grand Rapids: Baker, 2000), 155.

estabelecida por Deus que, ao nos levar a servir ao próximo, nos impede de projetar nossas próprias cruces como meio de nos tornarmos santos e buscarmos o favor de Deus.⁴⁷ O próximo nos ensina o que significa agir como cristão, como alguém que é moldado pelo Espírito de Cristo para viver sob a cruz através dos sacrifícios diários e orações feitas pelos outros. Como Lutero coloca: “Um cristão é um servo perfeitamente obediente de todos, sujeito a todos”.⁴⁸ Cristo nos libertou para que possamos estar sujeitos ao nosso próximo. Tal é a vida cruciforme que o Espírito configura nos santos de Cristo.

Finalmente, uma espiritualidade da justiça nos ensina que o próximo é um dom precioso de Deus para nós. O Espírito leva o cristão a ver o próximo com os olhos da fé e não da carne, para que não apenas nos sintamos compelidos a servi-lo e orar por ele segundo o peso da lei, mas com alegria e liberdade atender às suas necessidades pelo poder e alegria do evangelho.⁴⁹

Começamos a ver o próximo como uma dádiva a ser estimada, uma dádiva de um Deus gracioso. De fato, nossas orações e esforços tornam-se atos de ação de graças a Deus por seus benefícios em Cristo, mas também pelo próximo que ele nos deu. Quando trabalhamos e oramos por justiça em favor do próximo, estamos cuidando dessas preciosas dádivas. É somente vendo o próximo como a face humana da justiça que podemos compreender e apreciar plenamente a lei de Deus e a vocação, ou seja, o que significa respectivamente amar a própria criação de Deus e servir como máscara de Deus para dela cuidar.

47 Wingren, *Luther on Vocation*, 53-54.

48 *The Freedom of a Christian* (1520), LW 31:344. 47 Wingren, *Luther on Vocation*, 46-47.

49 Wingren, *Luther on Vocation*, 53-54.

NOTAS

1 Apologia da Confissão de Augsburgo IV, 21, in Robert Kolb e Timothy Wengert (Eds.). *O Livro de Concórdia: As Confissões da Igreja Evangélica Luterana* (Minneapolis: Fortress, 2000), 124 (doravante citado como LC). É interessante notar que em espanhol não há tradução para “righteousness”. O latim *iustitia* (“justicia” em espanhol), portanto, é o termo mais adequado ou compreensível para se ter uma conversa sobre justiça na sociedade na América Latina e em contextos hispânicos/latinos nos EUA (Nota do tradutor: o mesmo ocorre em português. Para dar fluidez ao texto em português, a palavra “righteousness” foi traduzida por sinônimos de justiça, buscando-se a maior aproximação possível de sentido).

2 Apologia IV, 22-26, em LC, 124. Os teólogos luteranos, nos últimos anos, deram um impulso ao estudo e às implicações da distinção entre os dois tipos de justiça. Para alguns exemplos, veja Robert Kolb e Charles P. Arand, *The Genius of Luther’s Theology: A Wittenberg Way of Thinking for the Contemporary Church* (Grand Rapids: Baker, 2008), especialmente as páginas 21-128; Charles P. Arand e Joel Biermann, “Why the Two Kinds of Righteousness, *Concordia Journal* 33/2 (2007): 116-135; Robert Kolb, “Luther on the Two Kinds of Righteousness: Reflections on His Two-Dimensional Definition of Humanity at the Heart of His Theology”, *Lutheran Quarterly* 13/4 (1999): 449-466.

3 Para uma compilação de ensaios de teólogos luteranos sobre caridade, veja Robert Rosin e Charles P. Arand (Eds.), *A Cup of Cold Water: A Look at Biblical Charity* (St. Louis: Concordia Seminary Publications, 1996). Em seus ensaios introdutórios e finais, o livro lida com quatro modelos bíblicos de caridade (isto é, comércio caritativo, amplo espectro, vocacional e escatológico) e, finalmente, se contenta com uma abordagem inclusiva que destaca as perspectivas vocacional e escatológica (veja p.11-28, 273-279). Nossa abordagem da justiça se assemelha mais ao modelo vocacional, mas imbuí essa perspectiva com um componente crítico orientado para o próximo que nos ajuda a avaliar periodicamente as razões e os objetivos de nossa prática vocacional. Dito de outra forma, o próximo nos fornece uma lente crítica para avaliar prioridades, limites e oportunidades vocacionais.

4 Em artigos e comentários, dei alguma atenção a como várias concepções sobre nossos próximos (em particular, hispânicos/latinos dos EUA) têm implicações para abordagens à missão, questões de vocação e direito civil, eclesiologia e a interseção da teologia e cultura. Para artigos sobre isso, Leopoldo A. Sánchez M., “Theology In Context: Music as a Test Case”, *Concordia Journal* 38/3 (2012): 205-224; “The Global South Meets North America: Confessional Lutheran Identity In Light of Changing Christian Demographics”, *Concordia Journal* 37/1 (2011): 39-56; and “Toward an Ecclesiology of Catholic Unity and Mission in the Borderlands: Reflections from a Lutheran Latino Theologian”, *Concordia Journal* 35/1 (2009): 17-34; para comentários, veja meu texto “Arizona Neighbor On My Mind” (<http://concordiatheology.org/2010/05/arizona-neighbor-on-my-mind>), e “Galilean Neighbor On My Mind” (<http://concordiatheology.org/2010/10/galilean-neighbor-on-my-mind>).

5 “À parte destes Dez Mandamentos, nenhuma ação ou vida pode ser boa ou agradável a Deus, não importa quão grande ou preciosa possa ser aos olhos do mundo... Parece-me que manteremos as mãos ocupadas para cumprir esses mandamentos, praticando a mansidão, a paciência, o amor aos inimigos, a castidade, a bondade, etc., e tudo o que está envolvido nesse cumprimento... Apenas concentre-se neles e teste-se completamente, faça o seu melhor, e você certamente encontrará

tanto para fazer que não procurará nem prestará atenção a quaisquer outras obras ou outro tipo de santidade.” *Large Catechism*, Ten Commandments, 311, 313, 318, em BC, 428-429.

6 “O Decálogo e o mandamento do amor não dão instruções muito definidas ou detalhadas sobre o que nós, como indivíduos, devemos fazer aqui e agora ao vivermos juntos. Este mandamento do amor, válido em todos os lugares e para todas as pessoas, torna-se específico para nós como indivíduos no contexto da condição de vida em que Deus nos colocou”. Paul Althaus, *The Ethics of Martin Luther* (Filadélfia: Fortaleza, 1972), 36.

7 “Em vez de vir em majestade descoberta ao dar um presente ao ser-humano, Deus coloca uma máscara diante de seu rosto. Ele se veste na forma de um homem comum que realiza seu trabalho na terra. Os seres humanos devem trabalhar, ‘cada um de acordo com sua vocação e ofício’, por isso eles servem como máscaras de Deus, atrás das quais ele pode se esconder quando espalhar seus dons “. Gustaf Wingren, *Luther on Vocation*, (Philadelphia: Muhlenberg, 1958), 138.

8 Ibid., 203.

9 “A ‘ordem comum do amor cristão’ está acima das posições que ocupamos na vida. Ao mesmo tempo, somente aqueles que são chamados a uma determinada vocação são responsáveis pelas obras especiais dessa vocação... A ética de Lutero é uma ética de posição e vocação, mas não em um sentido exclusivo”. Althaus, *A Ética de Martinho Lutero*, 40-41.

10 Temporal Authority: To What Extent It Should Be Obeyed (1523), LW 45:96, 101.

11 Veja Althaus, *The Ethics of Martin Luther*, 69; e Bernard Lohse, *Martin Luther’s Theology: Its Historical and Systematic Development* (Minneapolis: Fortress, 1999), 321.

12 “A lei não considera as situações em suas mudanças, mas o comando é dirigido à necessidade presente. De certa forma, a lei representa a imitação imutável, sem levar em conta ‘o tempo’, mas o mandamento chama o homem à sua vocação, que é guiada pela necessidade do ‘tempo’.” Wingren, *Luther on Vocation*, 233.

13 Para a aplicação de uma abordagem vocacional orientada para o próximo em resposta a uma questão contemporânea de direito e justiça na sociedade civil, veja a seção intitulada “Who Is My Neighbor?: The Place of the Christian’s Vocation in the Immigration Debate”, in CTCR, *Immigrants Among Us: A Lutheran Framework for Addressing Immigration Issues* (St. Louis: LCMS, 2012), 37-44.

14 Uma abordagem luterana à misericórdia ou à caridade está especialmente consciente do perigo de confundir o evangelho com obras de justiça, mas também reconhece a importância de atender às necessidades da pessoa como um todo. Há também a preocupação em mostrar o evangelho como força motivadora da misericórdia cristã em distinção a outras formas seculares de ajuda. Para exemplos, Matthew C. Harrison, *Theology of Mercy, and The Church’s Roles of Mercy in the Community* (St. Louis: LCMS World Relief & Human Care, 2004); veja também *A Cup of Cold Water*, 276-278.

15 Por exemplo, a LCMS World Relief & Human Care tende a seguir um modelo de justiça como ajuda, especialmente na promoção de atividades como socorro em desastres e envio de equipes médicas (cf. n.17 abaixo).

16 Rosenhauer argumenta que uma característica dos esforços eficazes das paróquias para aliviar a pobreza reside na sua capacidade de passar do alcance aos pobres para o trabalho “com” os pobres, uma abordagem à justiça onde “o respeito pelos pobres pode significar oferecer a pessoas de baixa renda oportunidades para serem líderes nos esforços para atender às necessidades em suas comunidades”. Joan Rosenhauer, “Sharing the Light of Christ: How Responding to Poverty Can Enrich Parish Life”, *New Theology Review* 15/2 (may 2002): 19.

17 Por meio do *Lutheran Housing Support* (LHS), a LCMS *World Relief & Human Care* segue um modelo de justiça como desenvolvimento sustentável, engajando igrejas para, como cidadãos corporativos, fazer a diferença em suas comunidades, particularmente em bairros economicamente desfavorecidos. Sua missão declara: “A LCMS National Housing Support Corporation, funcionando sob a marca registrada de *Lutheran Housing Support*, dedica-se a fornecer apoio que promova a melhoria das condições econômicas, de habitação e outros serviços de prevenção a e revitalização de comunidades deterioradas”. <http://www.lcms.org/lhs>.

18 A noção de “justiça contributiva” é congruente com a abordagem geral da LWR à justiça como “desenvolvimento sustentável”. Tal modelo corresponde aos valores da organização, que incluem a gratidão a Deus “pelo dom uns dos outros”, o reconhecimento de que “todas as pessoas são feitas à imagem de Deus”, o desejo de “andar e trabalhar com parceiros” e “apoiar, encorajar e aprender juntos dentro de relacionamentos de confiança e reciprocidade de longo prazo”, e a necessidade de ser um administrador responsável diante de “um desequilíbrio e abuso de recursos”, http://lwr.org/site/c.dmJXKiOYJgI6G/b.7521953/k.8022/Mission_Vision_amp_Values.htm.

19 No que diz respeito às relações entre paróquias de renda média e paróquias e/ou comunidades de baixa renda, Rosenhauer observa que “embora os recursos financeiros possam fluir principalmente da paróquia de renda média, na melhor das hipóteses essas relações incluem uma ampla gama de trocas e projetos que reconheçam e respeitem as contribuições de ambos os grupos. Essas atividades incluem intercâmbio de corais, liturgias conjuntas, programas compartilhados de educação de adultos, serviços conjuntos ou projetos de defesa de direitos, programas coordenados de ministério de jovens, etc... “Sharing the Light of Christ”, 20.

20 Uma abordagem luterana da justiça distinguirá entre os dois tipos de justiça e, portanto, entre nossa esperança escatológica diante de Deus (*coram deo*) por meio da fé em Cristo (“confiança esperançosa”) e nossa esperança escatológica diante dos humanos (*coram hominibus*) por meio de atos de amor cristão (“amor esperançoso”). Para um uso da distinção na abordagem de preocupações com a libertação para a justiça, veja Leopoldo A. Sánchez M., “The Struggle to Express Our Hope”, *LOGIA: A Journal of Lutheran Theology* 19/1 (Epiphany 2010): 25-31.

21 “Primeiro, a doutrina de Lutero do *simul iustus et peccator*, de que as pessoas são ao mesmo tempo santos e pecadores, torna muitos protestantes instintivamente céticos sobre uma visão otimista demais e uma fusão muito fácil de dignidade humana e santidade humana. Tais pontos de vista... dão muito pouca credibilidade à necessidade humana inerente de disciplina e ordem, responsabilidade e julgamento. Eles dão muito pouco crédito aos usos civis, teológicos e pedagógicos da lei, à exigência perpétua de equilibrar a prevenção, a retribuição e a reforma no cumprimento da autoridade dentro do lar, da igreja, do estado e de outras associações”. John Witte, Jr., *Law and Protestantism: The Legal Teachings of the Lutheran Reformation* (Inglaterra: Cambridge, 2002), 299.

22 “Nós também somos os irmãos pecadores de Caim, que trazem a marca de Deus, com sua sinistra certeza de que seremos chamados ao julgamento divino pelo que fizemos, e que há perdão até mesmo para os pecados mais graves que temos cometido.” *Ibid.*, 300.

23 Wingren argumenta que “o homem pode apresentar-se como alguém que exige e alguém que doa na relação com os outros. Em um momento ele pode ser uma máscara para a bondade de Deus, em outro para sua severidade... Viver em vocação... inclui gentileza e severidade... Tanto o amor de Deus como a ira de Deus manifestam-se de forma visível na terra no fato de que o exercício da vocação compreende essa ambivalência”. *Luther on Vocation*, 232.

24 Para um modelo escatológico de justiça que se concentra na prática da caridade principalmente entre os cristãos como um sinal no presente da vinda do reino/reinado/governo de Deus, veja “Biblical Charity: What Does It Entail and How Does It Relate to the Gospel – A New Testament Perspective”, in *A Cup of Cold Water*, 65-92.

25 Leopoldo A. Sánchez M., “Pedagogy for Working Among the Poor: Something to Talk about before Going on Your Next Short-Term Mission Trip”, *Missio Apostolica* 16/1 (May 2008): 81-84.

26 Argumentando diante de um grupo de paroquianos que “um orçamento paroquial é uma declaração teológica”, sugerindo que “pelo menos dez por cento do orçamento de uma paróquia deve ser direcionado aos pobres”, o padre McBriar relata um encontro com um paroquiano que reagiu à sua recomendação provocativa: “Um paroquiano interveio e disse: ‘Os problemas não se resolvem jogando dinheiro neles. ‘É verdade’, eu respondi, ‘mas diga-me como sua família gasta seu dinheiro e eu lhe direi o que vocês consideram importante. É o mesmo com uma paróquia.’” David J. McBriar, OFM, “Parish Ministry to the Poor”, *New Theology Review* 15/2 (May 2002): 27.

27 O debate atual entre os cristãos sobre a lei de imigração é um grande exemplo da tensão entre o foco vocacional sobre um grupo específico de pessoas e a abertura vocacional para pessoas fora desse grupo (onde considera-se as necessidades do próximo que é cidadão e as do próximo que é imigrante). Veja meu texto “Arizona Neighbor On My Mind” (veja n.4 acima, e o desenvolvimento do argumento na seção sobre vocação do documento da CTCR (Comissão de Teologia e Relações Eclesiais) *Immigrants Among Us* (ver n.13 acima). *Concordia Journal/Spring* 2013.

28 Deve-se notar que este termo não veio originalmente de teólogos acadêmicos, mas do encontro da Conferência Episcopal Latino-Americana (CELAM) em Medellín, Colômbia (1968), onde os pastores abordaram a necessidade de a Igreja Católica advogar pelas necessidades dos membros mais vulneráveis da sociedade (incluindo cristãos) em um contexto latino-americano de opressão política e econômica desenfreada onde os direitos humanos estavam sendo violados.

29 “É no contexto das nossas vocações... que provavelmente encontraremos nossos próximos mais necessitados. A linguagem da ‘opção pelos mais pobres’ nos encoraja a pensar também nas pessoas mais necessitadas que nem sempre parecem se encaixar em uma de nossas vocações. Finalmente, a prática da justiça ativa é realista na medida em que evita sonhos utópicos e a ilusão de santificação perfeita ou progresso inevitável... Sánchez, “The Struggle to Express Our Hope”, 31.

30 Descrevi a participação da igreja hoje nas dimensões da prontidão em servir e filiação de Cristo, respectivamente por meio de sua vida de serviço e oração. Veja Leopoldo A. Sánchez M., “Individualism, Indulgence, and the Mind of Christ: Making Room for the Neighbor and the Father”, em Robert Kolb (Ed.), *The American Mind Meets the Mind of Christ* (St. Louis: Concordia Seminary Press, 2010), 54-66.

31 Sobre a vida de oração de Jesus como uma dimensão de sua filiação e a participação da igreja pela graça em tal vida, veja Leopoldo A. Sánchez M., “Praying to God the Father in the Spirit:

Reclaiming the Church's Participation in the Son's Prayer Life", *Concordia Journal* 32/3 (2006): 274-295.

32 "Podemos adorar a Deus descansando; de fato, descansando podemos adorá-lo melhor do que de qualquer outra forma, porque é quando realmente relaxamos nosso corpo e alma que colocamos nosso cuidado nas mãos de Deus. Assim, honramos a Deus como aquele cuja bênção repousa sobre e envolve todo o nosso trabalho e que continua trabalhando para nós mesmo quando descansamos e dormimos." Althaus, *The Ethics of Martin Luther*, 104.

33 Ibid., 41.

34 O relatório da LCMS sobre imigração serve como um exemplo de abordagem para questões sociais e políticas complexas que "permite que os cristãos individuais tomem suas próprias decisões conscientes, com alguma orientação da igreja como Sínodo, sobre o que é justo e razoável quando não há consenso entre todos os cristãos sobre o fracasso moral de certos aspectos da lei de imigração". CTCR, *Immigrants among Us*, 35.

35 Como exemplo, o Serviço Luterano de Imigração e Refugiados (LIRS), uma organização inter-luterana, incentiva a vocação coletiva ao reunir luteranos comprometidos em ajudar seus próximos imigrantes a aprender a respeito e a apoiar os esforços para promover uma reforma abrangente da imigração. Um outro exemplo de um exercício coletivo da vocação é a Iniciativa Luterana contra a Malária (LMI), que trabalha com parceiros para erradicar a malária por meio de atividades de educação, tratamento e prevenção. Em nível local, o envolvimento de uma congregação em projetos de revitalização de bairros também reúne muitas partes interessadas para exercer a vocação em benefício de um número maior de pessoas.

36 Charles P. Arand, "Considering Biblical Charity within a Creedal Framework", in *A Cup of Cold Water*, 194-195.

37 Sánchez, "Individualism, Indulgence, and the Mind of Christ", em *The American Mind Meets the Mind of Christ*, 62-63.

38 Veja Carter Lindberg, *Beyond Charity: Reformation Initiatives for the Poor* (Minneapolis: Fortress, 1993), 22-33; e Robert Rosin, "Bringing Forth Fruit: Luther on Social Welfare", in *A Cup of Cold Water*, 117-164.

39 Veja Leopoldo A. Sánchez M., "'The Poor You Will Always Have With You': A Biblical View of People in Need", 11, in Kent Bureson (Ed.), *A People Called to Love: Christian Charity in North American Sociedade*. *Concordiatheology.org* (September 2012). <http://concordiatheology.org/wp-content/uploads/2012/09/Sanchez-essay1.pdf>

40 Ibid. Recomenda-se vivamente ao leitor toda a série *A People Called to Love*, com artigos e entrevistas de vários membros do departamento de Teologia Sistemática do Seminário Concórdia.

41 Para um desenvolvimento mais completo do modelo eucarístico de santificação, veja o quinto capítulo de Leopoldo A. Sánchez M., *Teología de la santificación. La espiritualidad del cristiano* (St. Louis: Editorial Concordia, no prelo).

42 *Apologia* XXIV, 19, em BC, 261.

43 The Blessed Sacrament of the Holy and True Body of Christ, and the Brotherhoods (1519), LW 35:61.

44 Uma declaração clássica da autoidentificação de Cristo com o pobre pode ser encontrada em um dos sermões de Natal de Lutero, onde ele chama os cristãos ao arrependimento por rejeitarem o menino Jesus quando ignoram a situação de seu próximo. Lutero escreve: “É totalmente falso pensar que você fez muito por Cristo, se você não faz nada por aqueles necessitados. Se você estivesse em Belém, teria prestado tão pouca atenção a Cristo como eles... você bate no ar e não reconhece o Senhor em seu próximo, você não faz como ele fez com você”. J.N. Lenker (Ed.), *The Complete Sermons of Martin Luther*, trans. J. N. Lenker et al., vol. 1.1 (Grand Rapids: Baker, 2000), 155.

45 Wingren, *Luther on Vocation*, 53-54.

46 The Freedom of a Christian (1520), LW 31:344. 47 Wingren, *Luther on Vocation*, 46-47.